



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

O LUGAR DAS AFRICANIDADES NA CIDADE DE PETRÓPOLIS – ENSAIO PARA UMA CARTOGRAFIA DO AFETO

ROBERTA DOS SANTOS GREGÓRIO NEVES¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo apontar alguns referenciais teóricos e metodológicos que desmontam os discursos narrativos urbanísticos recorrentes sobre a “Cidade Imperial”, desmistificando as concepções imagéticas a respeito da cidade de Petrópolis. Ao longo do texto apresentamos alguns dados históricos, geográficos e urbanísticos, com a finalidade de evidenciar as perversas formas de segregação urbana, pilhagens sistemáticas e as mais variadas situações de racismo, especialmente, o ambiental, estrutural e institucional. Por fim, propomos um ensaio conceitual para a construção do que estamos chamando de Cartografia do Afeto – motivo de nossas atuais pesquisas em doutoramento. Acreditamos que um novo tipo de cartografia nos possibilite mapear, não apenas as trágicas situações vividas, cotidianamente, pelo povo negro na cidade, mas sobretudo dignificar e visualizar nossa urbanidade, sapiência e humanidade.

Palavras-chave: Afeto; Africanidades; Cidade; Memória; Racismo.

1. A CIDADE DE PEDRO OU DE PRETO?

Desde tenra idade, aprendi na escola formal e no cotidiano da minha cidade natal, com todos os monumentos expressos na paisagem, que Petrópolis foi fundada por D. Pedro II e edificada por colonos alemães. Os alemães teriam aberto caminhos para que os imigrantes/colonos italianos e japoneses contribuíssem para a construção arquitetônica e organização econômica da cidade, na segunda metade do século XIX. Todo esse projeto de cidade teria ocorrido somente após a compra das terras da Fazenda do Córrego Seco, no início do século XIX, pelo autoproclamado imperador D. Pedro I. Entretanto, ele próprio não chegou a realizar o sonho de morar nas serras fluminenses. Esse sonho seria realizado anos mais tarde por seu filho, D. Pedro II que idealizou e deu o nome a cidade em uma dupla homenagem (em memória do pai e a si próprio).

Essa é a história oficial que “reina” na intitulada ‘cidade Imperial’, uma representação espacial internacionalmente conhecida por sediar a maior parte do acervo da família portuguesa Orleans e Bragança fora do continente europeu e por se auto intitular a única

¹ Professora de Geografia da Rede Particular e Estadual de Ensino em Petrópolis/RJ. Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) E-mail: roberta.dossantosgregorio@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

‘cidade Imperial das Américas’² - o que por si só já é motivo de muitos debates, uma vez que a cidade do Rio, foi a capital do Império de 1822 a 1889. Além disso, há informações de que outras cidades brasileiras – como Niterói e São Paulo - receberam títulos de Cidades Imperial diretamente de D. Pedro I e II.

Outra informação bastante difundida em minha ‘cidade Imperial’ é a de que não existiram populações negras nos seus primórdios, uma vez que seu decreto de fundação, datado de 1843, proibia a comercialização de escravos no sítio urbano da cidade recém fundada. Sobre as origens do negro em Petrópolis, a única menção mais reconhecida, foi realizada na pesquisa do Prof. Dr. Júlio Ambrósio. Em sua tese, o pesquisador comenta que na segunda metade do século XIX, ocorre a migração de escravizados fugidos e alforriados das terras de Minas Gerais em direção a Petrópolis. Essa população chega na cidade e logo ocupa cargos como ‘caseiros’ das residências de verão da corte, nas atividades de manutenção da estrada de ferro (existente na época) e, posteriormente, como operariado das indústrias que surgiam na passagem do século XIX para século XX (AMBRÓSIO, 2008).

Portanto, para o discurso hegemônico, não houve contribuição do negro no projeto de urbanização da cidade de Petrópolis. Entretanto, há registros documentais que contrariam tais teses. A grande virada para a memória negra em Petrópolis ocorre em 2018, quando a pesquisadora Dra. Renata Aquino da Silva defende sua tese intitulada “**Afroinscrições em Petrópolis: histórias, memórias e territorialidades**”. Com o brilhantismo que lhe é peculiar, a pesquisadora nos oferece uma riqueza de documentos e memórias imateriais que trazem à tona histórias não contadas, mas que se fazem marcantes nos decretos da época, nos registros da imprensa local, cartas do Brasil Império, nas práticas cotidianas passadas de geração para geração que deixam marcas na paisagem da cidade.

² Petrópolis foi decretada *Fazenda Imperial* e residência de veraneio da família imperial, por ocasião do decreto n.º 155 de 16 de março de 1843. Somente em 26 de março de 1981, que a cidade recebe, de fato, o título de Cidade Imperial de forma simbólica, pelo decreto presidencial n.º 85.849, de 27 de março de 1981.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

No Brasil, afirma a autora, algumas cidades nascem negras e Petrópolis está entre elas. Muito antes da compra das terras da Fazenda Córrego Seco, a propriedade já pertencia as cercanias da Vila de Inhomirim (atual cidade de Magé), que desde o Brasil Império tem uma população majoritariamente negra. Na territorialidade onde hoje está situada Petrópolis, existiam 5 quilombos, dentre eles, o da Vargem Grande que localizava-se dentro da gleba de terras que posteriormente foram adquiridas pelo Imperador. Os registros mostram que os primeiros traços urbanísticos, do que irá se tornar uma cidade, foram dados pelos habitantes do quilombo da Vargem Grande, liderado por Pai José e Dona Teresa (SILVA, 2018).

A história que a história não contou, mas veio a conhecimento público pela tese de Renata Aquino, não nos deixa dúvidas do protagonismo negro nas bases urbanísticas de Petrópolis. Contudo, a exclusão desse histórico de informações nas narrativas e no currículo educacional da cidade, corroborou para imprimir na municipalidade as marcas da desigualdade, do processo de marginalização num evidente racismo ambiental e de um absoluto embaquecimento das nossas raízes. O apagamento histórico contribuiu para a inferiorização da cultura afro em Petrópolis, típico do racismo estrutural que se reproduz em todo o país. Como resultado, acabou por traçar uma realidade em que o negro não se sente incluído no processo de produção do espaço petropolitano, não se identifica com sua urbanidade e, por conseguinte, é alijado do seu direito à cidade.

As *afroinscrições* mostradas na pesquisa supracitada comprovam um urbanismo negro (africano e afrodescendente) muito anterior ao documento de fundação da cidade. Registros que contestam também a antiga versão de que a fundação de Petrópolis inaugurou no Brasil a primeira colônia livre da escravidão, uma vez que há relatos jornalísticos de populações escravizadas sendo comercializadas, açoitadas, mas também alforriadas na praça central da Vila Imperial, que hoje é chamada de Praça da Liberdade, nesse mesmo local existia um pelourinho. Outro dado interessante levantado na pesquisa, é a ocultação de um percentual de trabalhadores negros livres na construção do Palácio Imperial. D. Pedro II contratou, 14 africanos assalariados para a construção do Palácio de Verão da família Imperial, que foi transformado no Museu Imperial (SILVA, 2018). A narrativa oficial relata que toda a área



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

que compunha a Vila Imperial foi construída pelos colonos alemães, o que também não é verdade, uma vez que o decreto de fundação da cidade é de 1843 (quando as obras são iniciadas) e os primeiros colonos alemães chegam apenas em 1845.

Importante destacar que, no imaginário social do brasileiro, como afirmava Manuel Querino, só é possível pensar na história do negro como escravizado, não como pessoas, trabalhadoras, dotadas de inteligência e tecnologias próprias, tampouco como colono. O negro reduzidamente visto como escravizado é uma visão que foi construída estruturalmente ao longo dos séculos por políticas pautadas na racialização social, econômica e cultural. O mesmo evidentemente ocorre em Petrópolis (QUERINO, 1918).

Uma vez que o negro foi excluído da história petropolitana, no campo da memória, o mesmo se sucedeu nos demais campos: geográfico, econômico, cultural, político (até o momento nunca se elegeu um vereador negro) e educacional. Mais especificamente, no tocante a Educação, para além das questões estatísticas ligadas à escolarização, situação idade/série e das taxas de rendimento e evasão escolar, o currículo escolar municipal não contempla narrativas negras. Sem representatividade, vive-se numa sociedade comparável a estamental, por assim dizer, onde os cargos mais disputados e os empreendimentos mais valorosos são majoritariamente ocupados por população não-negra e de famílias consideradas 'tradicionais'.

Portanto, é pertinente questionar: Como superar essa visão eurocêntrica a respeito da historicidade e territorialidade de Petrópolis? Como consolidar uma outra narrativa, que parta dos afrodescendentes de forma a honrar os colonos/colonas africanos/africanas e seus descendentes que produziram e ainda produzem uma cidade nos vales úmidos das escarpas do Planalto Atlântico fluminense? De que forma podemos contribuir para que o legado material, imaterial e do campo das afetividades das africanidades atualmente presentes em Petrópolis, possam se tornar visíveis, proporcionando novas epistemes?

Buscamos responder, em parte, tais questionamentos, por meio de um breve levantamento bibliográfico de autores que já pavimentaram nossos caminhos. Nesse contexto, pensamos



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

que é impossível avançar sem termos a justa noção de como o projeto racista cunhou uma invisibilização da contribuição dos africanos em nossas histórias e espacialidades, expulsando o povo negro para regiões desfavoráveis do território petropolitano. Por fim, propomos ‘empretecer’ o pensamento, por meio do que estamos chamando de **cartografia do afeto** – conceito que objetivamos delinear ao final desse artigo. Acreditamos que desvendar as *afro-geograficidades* e as histórias do povo negro em Petrópolis, mapeá-las, permitindo que essas espacialidades e memórias, das mais diversas, sejam contadas e reconhecidas, não só por acadêmicos, mas pelo público em geral, possa semear a construção de uma urbanidade, que promova o que pensamos ser uma cidade preta não apenas em suas origens, mas também, em sua futuridade.

2. A QUESTÃO RACIAL E O LEGADO TEÓRICO-CONCEITUAL – DA NEGAÇÃO AO RESGATE EPISTEMOLÓGICO

Em um artigo jornalístico, o renomado intelectual Milton Santos – que se auto intitulava um cidadão do mundo - reflete sobre a frequente indagação dirigida a ele sobre como é ser negro no Brasil e em outros lugares. Segundo SANTOS (2000), as realidades não são as mesmas, uma vez que no Brasil, desde o início da História econômica, o trabalho negro foi essencial a manutenção do bem-estar das classes dominantes, o que lhes deu um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. O geógrafo acrescenta que, no Brasil, interesses escravocratas criaram estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e acabam incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais, sob o mito da democracia racial. Por isso, talvez, a ascensão do negro, por menor que seja na escala social, ironicamente, sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos (paradoxalmente contra as vítimas).

Corroborando com o pensamento de Milton Santos, Abdias Nascimento reflete que “a posição do negro brasileiro num Brasil, dominado pelos brancos, se difere daquela dos negros em sociedades similares em qualquer lugar, somente na medida em que a ideologia brasileira de não discriminação – não se refletindo a realidade – e aliás,



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

camuflando-a, consegue, sem tensão, o mesmo resultado obtido pelas sociedades abertamente racistas” (NASCIMENTO, 2016, p. 170).

A negação do racismo no Brasil é um aspecto que nos denota a peculiaridade de nossa estrutura e ainda dificulta a resolução de problemas e conflitos das mais diversas facetas sociais, educacionais, políticas e até mesmo ambientais. Mas essa negação não se sustenta, uma vez que os exemplos se multiplicam e tornam-se visíveis em todos os campos. Teóricos renomados já derrubaram as teses de que o Brasil é uma democracia racial, com obras monumentais, que traremos a discussão mais adiante.

É importante ressaltar que aqui não consideramos raça como uma realidade biológica, mas uma realidade antropológica, em conformidade com o pensamento de Munanga (2004), bem como um conceito relacional e histórico, uma constituição político-econômica da sociedade contemporânea, que criou um caráter biologizante com determinados critérios e marcações como: cor da pele, formato do nariz, lábios, queixos, crânio e ângulo facial (ALMEIDA, 2018).

O reflexo da estruturação racista em nossa sociedade, nitidamente de bases africanas, também se faz na sua expressão cultural, o que também é evidenciado por vários artistas e autores em suas produções. Aqui destacamos a citação de Lélia Gonzalez numa polêmica declaração: “Quando se lê as declarações de um Dom Avelar Brandão, Arcebispo da Bahia, dizendo que a africanização da cultura brasileira é um modo de regressão, dá para desconfiar(...). E o arcebispo dançou aí. Acordou tarde, porque o Brasil já está e é africanizado” (GONZÁLEZ, 1984, p. 223-224).

De fato, é impossível negar as bases africanas de nossa cultura, seja nas práticas cotidianas, como também na arquitetura, nos saberes e tecnologias, nos arranjos econômicos, nosso jeito de ser, na afetuosidade do povo Brasileiro e inferiorizar essas matrizes, além de perverso, faz parte de uma racionalidade racista que ainda hoje se faz presente em nosso modo de agir e pensar o Brasil.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

O que nos provoca a refletir que, se em escala nacional isso é um problema, como apontado por Gonzalez, até em Salvador, nossa “Roma Negra³” relatos da natureza anteriormente citadas são realizados, o que dizer da construção do imaginário histórico acerca de Petrópolis, nacionalmente reconhecida como a cidade Imperial?

Com uma população estimada de 297 mil habitantes, Petrópolis conta com 107,5 mil pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Embora mais de um terço de sua população tenha se declarado negra, pesquisando sobre as origens dos afrodescendentes na cidade no site do Instituto Histórico de Petrópolis não se encontra um só trabalho referente ao povo preto, apesar da vasta bibliografia disponibilizada. Nem a história do Barão de Guaraciaba⁴ - o 1º barão negro do Brasil, dono de uma enorme propriedade dentro da antiga “Vila Imperial”, localizada de frente para os jardins do antigo Palácio Imperial - foi fruto de pesquisas pelo Instituto.

Portanto, corroborando com o pensamento do intelectual e artista Pedro Ivo Cipriano, “na perspectiva do apagamento das origens dos negros roubados da África, indagamo-nos sobre a identidade e da prática desses sujeitos que, como nós, viveram/vivemos na ignorância de suas pertencas culturais e políticas em seus espaços-tempo” (CIPRIANO, 2020).

O fato é que as políticas eugenistas praticadas desde a ‘abolição’ embranqueceram a população brasileira, não somente no tocante a cor, quanto a racionalidade do pensamento e, só recentemente, graças ao intenso trabalho do ativismo negro, com

³ Parafrazeando a terminologia utilizada na canção ‘*Reconvexo*’ de Maria Bethânia, imortalizada na voz de Caetano Veloso.

⁴ O barão de Guaraciaba é conhecido como o 1º e único barão negro do Brasil. Segundo pesquisas da Fundação Palmares, na época do Império, sua fortuna era maior do que a do próprio Imperador. Ironicamente, ele foi o proprietário da casa conhecida como Palácio Amarelo, que fica localizado exatamente de frente para a entrada principal do atual Museu Imperial. A propriedade foi comprada pelo Barão de Guaraciaba logo após a proclamação da República onde passa a ser perseguido pelo legislativo, até vender seu imóvel. Atualmente a casa é sede da Câmara Legislativa de Petrópolis (MUSEU DA MEMÓRIA NEGRA DE PETRÓPOLIS, 2021).



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

maior produção intelectual sobre as temáticas raciais e a popularização de tais questionamentos a nível nacional e internacional, está sendo possível uma maior reflexão sobre essa temática. Contudo, apesar do crescimento de trabalhos acadêmicos de pessoas negras e voltados para o entendimento da contribuição da população africana e/ou afrodescendente, o volume ainda é pequeno.

Abdias Nascimento foi um dos precursores dessa discussão sobre o que chamou de *anomia racial* que é o Brasil, apontando os diversos genocídios que ocorrem, ao longo de nossa história, a tudo que se refere a população afrodescendente, seus saberes ancestrais, suas contribuições tecnológicas e sua contemporaneidade. Ele mesmo teve grandes dificuldade de levar ao mundo acadêmico suas pesquisas (NASCIMENTO, 2016).

Tristemente a Historiografia Brasileira, por quatro séculos, até meados do século XX, colaborou com uma visão estereotipada e inferiorizada do negro. Clóvis Moura em seu livro intitulado *As Injustiças de Clio*, faz uma denúncia contundente a respeito de como o negro, desde o africano ao afrodescendente, foi retratado por autores renomados da literatura corrente do Brasil Colônia até o Brasil República. O levantamento realizado pelo autor nos choca, de um lado pelo brilhantismo da escolha e descrição de autores com suas respectivas obras e, por outro lado, pelas passagens escolhidas para mostrar as narrativas de inferiorização da população escravizada, que embora de forma muito dolorosa, nos faz compreender como se estruturou as bases racistas e os projetos eugenistas, para a *arianização* de nossa sociedade.

“Depois da revisão do comportamento dos principais autores que escreveram a História do Brasil de forma sistemática, podemos dizer que, em todos eles, ou quase todos, há um *continuum* ideológico, quando abordam a participação das populações não-brancas e do negro em particular na formação e no desenvolvimento da nação brasileira. E essa continuidade de pensamento, reflete uma ideologia que procura excluir ou minimizar a contribuição dessas populações à dinâmica social (...) Uma coisa lhes é comum: a visão de que negros, índios e mestiços, em geral, são elementos bárbaros, pagãos, gentios, sem capacidade civilizadora e os brancos, detentores das estruturas de poder daqueles elementos impulsionaram a nossa sociedade em direção à civilização (...) não tinham como



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

acompanhar o processo civilizatório” (MOURA, 1990, p.213-214).

A sistematização do trabalho de Moura abriu caminhos para que possamos validar a importância de um revisionismo acerca das narrativas que foram impostas ao povo negro que precisam ser colocadas de forma a garantir justiça, mesmo que tardiamente. Nesse contexto, encontramos uma breve e elucidativa conceituação feita por Silvio de Almeida, pois quando se pensa em racismo, sempre imaginamos uma situação de violência ou ofensa direta contra alguém, mas o racismo não é um fenômeno pontual, ocasional, nem algo anormal, ligado à falta de caráter. O racismo é algo estruturante das relações sociais. É algo que estrutura o cotidiano da nossa sociedade. Uma forma de normatização, que constitui as ações conscientes e inconscientes de cada um de nós. Ele pode ser percebido na economia, na política, nas instituições e na subjetividade da vida (ALMEIDA, 2019).

É na subjetividade da vida que o racismo deixa suas marcas mais profundas na população negra, pois de acordo com Neusa Santos, “a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou seu lugar a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e insistiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (SANTOS, 1983, p. 43).

As mazelas do racismo brasileiro são tão perversas e ao mesmo tempo tão bem mascaradas pelo ideal branco do que é belo, bom e justo, que se confunde o ideal branco como o único caminho para a plena humanidade, de forma que o negro tenta, ou se remeter ao passado (de forma a não nascer negro) ou, numa projeção para o futuro, desejar que seu corpo e identidades devam desaparecer. Dessa forma, “o negro no desejo de embranquecer, deseja nada mais, nada menos, do que a própria extinção. Seu projeto é o de, no futuro, deixar de existir, sua aspiração é a de não ser ou não ter sido” (COSTA, 1982, apud. SANTOS, 1983 p.24).

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que é imperioso mudar esse jogo, como tão bem narrado por Neusa Santos (1983), que



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

“(…) como Édipo, se encontra frente a frente à Esfinge e seu enigma: é vital apoderar-se do conhecimento, desvendar a resposta e, assim destruir o inimigo para seguir livre. Obviamente, cabe a negros e não negros a consecução desse intento, mesmo porque o ‘mito negro’⁵ é feito de imagens fantasmáticas compartilhada por ambos. (...) Entretanto, como objeto da opressão, cabe ao negro a vanguarda dessa luta, assumindo o lugar de sujeito ativo, lugar de onde se conquista uma real libertação” (SANTOS, 1983, p. 51).

Para esse enfrentamento, um importante alerta é dado por Kabengele Munanga, quando afirma que precisamos estar atentos para a folclorização e domesticação da cultura e das religiões afro-brasileiras por parte da ideologia dominante no Brasil. Segundo o autor,

“(…) o negro tem problemas específicos que só ele sozinho pode resolver... Entre seus problemas específicos, tem dentre outros, a sua alienação, seu complexo de inferioridade, falta de conscientização histórica e política, etc. Graças à sua busca de sua identidade, que funcionaria como uma espécie de terapia do grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com outros oprimidos” MUNANGA (1990).

Tomando as rédeas de sua própria história e, por assim dizer, do seu destino, pensamos que o resgate e a promoção de narrativas afro-referenciadas - trazendo à tona as histórias do povo negro e seus ancestrais, com uma perspectiva de construção de futuridades - livres do imaginário e do ideal da branquitude - possa ser um bom caminho para a superação dessas máculas. Para isso, é necessário o encontro de novas epistemes.

Milton Santos, em uma conferência de abertura de um Encontro Estadual de Professores de Geografia, nos traz uma reflexão que muito corrobora com as nossas propostas, buscamos “uma epistemologia da existência, em outras palavras trata-se da reconstrução do método através da vida, isto é, do Homem vivendo. (...) Seja qual for o momento da história, o mundo se define como um conjunto de possibilidades” (SANTOS, 1996).

⁵ Para Neusa Santos o ‘mito negro’ é uma das variáveis do problema negro e se configura em uma discurso econômico-político-ideológico que objetiva a constante dominação e doutrinação, que visa escamotear o real e produzir uma falsa história, ou negar a história do negro.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Sabemos do perigo de uma história única, uma vez que as histórias foram criadas para nos espoliar e caluniar (ADICHIE, 2019). Contudo, elas também podem ser usadas para nos empoderar e nos humanizar. Pensamos que essa é uma forma de ver e repensar a cidade a partir de uma nova modelagem história que nos suscite a criação de um ‘espaço revolucionário’, conforme idealizado por Milton Santos, uma semente para liberdade de escolhas e construções históricas, sociais, de memórias e afeto (SANTOS, 2008).

Buscamos essa espontaneidade e originalidade, típica do universo cosmológico das práticas e dos conhecimentos herdadas pelos africanos que, dialeticamente, ao buscar enxergar uma cidade que nasce negra, também contribui para que novas urbanidades sejam visíveis, percebidas e reconstruídas pela população afrodescendente.

Mas essa dialética requer um novo paradigma, um outro tipo de olhar. A metodologia de pesquisa da afrodescendente elaborada pelo pesquisador Henrique Cunha Júnior propõe uma postura nova, que busca relacionar a ação à pesquisa, procurando uma dialética entre ação – pesquisa-ação, tendo como partida o campo e o conhecimento sobre o campo, para só então elaborar uma construção explicativa teórica como consequência e não como fonte (CUNHA JÚNIOR, 2015). O professor também enfatiza que a metodologia da afrodecendência

“... está no campo da discussão da epistemologia das ciências e das rupturas necessárias para integração do continente africano, de africanos e descendentes como produtores de um conhecimento, com base na experiência criadora de populações africanas e negras na diáspora. Implica, no caso brasileiro, em considerarmos os africanos como colonizadores do Brasil, devido a herança cultural e material, e não os portugueses, como também reconhecer o africano e descendente, como pensador, vindo de comunidades pensantes e realizadores do ato criador e civilizador também, como todos os outros povos. No campo ético, o respeito ao conhecimento pelo nosso próprio conhecimento e protagonismo social. Não se trata de um conhecimento “vindo de baixo” como a história tem apresentado como visão inovadora, trata-se de conhecimento produzido no fazer social, nas dinâmicas das sociedades (CUNHA JÚNIOR, 2015).



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

A metodologia afrodescendente de pesquisa, se coloca como uma linha de ação da escola de pensamento Pan-africanista⁶. A negritude, como posição intelectual, e o pan-africanismo, como posição política, convergiam ao afirmar que todos os africanos tinham uma civilização comum e que todos os africanos deviam lutar juntos. “Nesse sentido, o movimento da negritude e o movimento do pan-africanismo pertencem à africanidade no plano da ação” (MUNANGA, 2016 p. 111).

Para Munanga, a negritude, é a síntese de uma atitude de resposta a uma sociedade racista, de não se perder no outro, de se identificar com o patrimônio cultural, com os valores e inclusive com as diversidades da civilização negro-africana e ao mesmo tempo se solidarizar com todos os irmãos negros do mundo, sejam africanos ou descendentes dos processos diaspóricos. Toda a herança desse legado aqui no Brasil, o professor designou como *africanidades brasileiras* e explica que tais africanidades são elementos da herança africana que sobreviveram na diáspora. As comunidades de matrizes africanas na diáspora reivindicam hoje duas coisas complementares: a inclusão nas sociedades que escravizaram seus antepassados africanos e seus descendentes não no sentido assimilacionista, (que seria apenas mais uma forma de apagamento de nossas raízes). Dessa forma, o que querem é o reconhecimento da sua identidade ancorada: 1) na continuidade africana, daí a importância de ensinar a história e a cultura africana e 2) nas culturas de resistência que elas criaram no novo mundo em defesa de sua dignidade e liberdade humanas, daí a importância de ensinar também a história e a cultura negra na diáspora. De fato, queremos ser incluídos sim, mas reconhecendo e respeitando ao mesmo tempo nossa identidade que passa pelas nossas diferenças corporais, culturais e históricas (MUNANGA, 2016).

Concordamos com Frantz Fanon, quando nos faz num forte chamamento:

⁶ O Pan Africanismo é uma escola, uma vertente epistemológica e um movimento social que nasce no final do século XIX e início do século XX entre negros estadunidenses e da América Central que lutavam por independência política, mas também econômica, cultural e educacional dos povos negros, com o ideal de unificação das lutas por justiça e equidade para os povos africanos e todos os seus descendentes espalhados pelo mundo. Em seus primórdios foi liderado por Henry Willians (advogado de Trinidad e Tobago) que organizou o 1º Congresso Pan-africanista em 1900 (Londres), e por W.E.B. Dubois, considerado uma das maiores intelectualidades do movimento. No Brasil, Abdias do Nascimento foi a liderança mais ativa e importante.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

“Cada geração, numa relativa opacidade, deve descobrir sua missão. Cumpri-la ou traí-la (...). Foi preciso que mais de um colonizado dissesse “**Isso não pode mais durar**” (...) para que pudéssemos hoje resistir com a certeza da vitória. Nossa missão histórica, para nós que decidimos perseguir o colonialismo, é organizar todas as revoltas, todos os atos desesperados (...). É preciso não perder tempo repetindo que mais vale a fome com dignidade do que o pão com servidão. **É preciso, ao contrário convencer-se de que o colonialismo é incapaz de fornecer aos povos colonizados as condições materiais capazes de fazê-los esquecer sua preocupação com a dignidade**” (FANON, 2022. p. 207 a 209, grifos nossos).

Bem como nos aponta **sankofa**⁷ (conceito/adinkra cunhado pelo povo Akan, da África Ocidental), não é vergonha voltar atrás e pegar o que esqueceu. É preciso apontar as mazelas criadas pelas sistemáticas tentativas de nos excluir da história, para buscar nossa intelectualidade, nossas contribuições para a urbanidade e o constructo dessa nação. Nossa missão não é o de reinventar a roda, pois os passos dados nos trouxeram a condição imperiosa de avançar em estudos e métodos que nos possibilite, ao mesmo tempo, honrar aqueles que nos antecederam, mas também contribuir com novas e assertivas epistemes que possibilitem um cenário de mudanças reais num futuro próximo.

3. A CIDADE E O (NÃO) LUGAR DO NEGRO EM PETRÓPOLIS

De acordo com o filósofo Henri Lefebvre, a cidade é *obra*, um produto da sociedade e, portanto, está ligada ao aspecto físico estrutural do urbano, com suas construções; já o urbano, que está ligado à realidade social, suas necessidades e anseios a serem concebidos e reconstruídos pelo pensamento, contém o sentido da dominação técnica sobre a natureza e das realidades prático-sensíveis. Ambos (cidade e urbano) interagem e se fundamentam um no outro (LEFEBVRE, 2004, p. 60-81). Em conformidade com esse pensamento, Ana Fany Carlos pensa que, “a paisagem urbana deve ser observada enquanto aparência de um processo constante e contínuo, que se materializa num dado

⁷ Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional em Akan “se wo were fi na wosan kofa a yenki” que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

momento. Expressão da ordem e do caos, pois pode evidenciar ou ocultar os processos nela inseridos” (CARLOS, 1992, p. 35-36).

Em muitos casos, a produção do espaço é influenciada pela ação e interferência de determinados grupos que moldam os arranjos espaciais e culturais de uma cidade, com a aprovação e convivência do Poder Político e de sua população. Neste aspecto, marca-se a construção de uma representação espacial que, de acordo com Lefebvre (2008), trata-se de uma concepção espacial dada pela apropriação do espaço por vias legais e culturais, criando de certa forma, um aspecto hegemônico e determinante sobre o espaço e a sociedade. A cidade passa por enormes reformas de embelezamento, como forma de representação de um espaço racionalizado para a prática do lazer, do consumo e do investimento, é o “*triunfo da imagem sobre a substância*” (HARVEY, 2006, p. 186).

É no tocante a tais concepções que a cidade de Petrópolis vive uma ambiguidade. O título de Cidade Imperial, histórica, turística e ‘segura’ compete, lado a lado, com a realidade caótica de um centro urbano complexo onde a estância de veraneio, dá lugar ao congestionamento, a expansão das habitações nas áreas de risco, ao desmatamento, à poluição e escassez de seus recursos hídricos, ao aumento da população em situação de rua, do comércio ambulante por falta de empregos formais, às mansões abandonadas e índices de criminalidade em franco crescimento, fatos que já não conseguem ser mais ocultados.

Em pesquisas anteriores, verificamos um outro traço marcante da cultura e das práticas territoriais em Petrópolis: o exercício do poder e a apropriação do espaço por grupos privilegiados, que, em geral, não são habitantes da cidade. O que podemos observar é que, desde a sua fundação, houve uma ampla e nítida hegemonia de grupos econômicos não locais sobre a população e o território de Petrópolis, pois há convivência por parte das elites e do Poder Público – que faz o papel de um Poder Privado – quanto ao uso e as práticas espaciais no município (GREGÓRIO, 2009).

É exatamente quando observamos a paisagem geográfica da cidade que percebemos o lugar e o não lugar do negro nessa urbanidade. Os principais monumentos e as marcas da antiga



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

'*cidade village*' nos dão a dimensão europeia do espaço, ocultando os espaços empretecidos. Entretanto, saindo do centro histórico e caminhando há poucos minutos do centro em direção aos bairros circundantes, encontramos espacialidades negras, seja pela representação dos corpos, seja pela materialidade do racismo ambiental⁸, ou pelas nomenclaturas dos bairros ou regiões da cidade. A título de exemplo, citamos as localidades a seguir: **Quitandinha** - que vem do quimbundo, *kutanda* (feira = levar para longe/ levar para os outros); **Caxambú** – junção dos vocábulos *cacha* (tambor) e *mumbu* (música); **Carangola** – *cará* = inhame *Ngola* = de Angola; **Quissamã** – do povo *kissama*, situado à 80 km de Luanda (Angola), na foz do Rio Kwanza.

Também é possível observar a presença negra, no próprio centro histórico, se tivermos um olhar um pouco mais apurado. Uma Igreja em homenagem a Nossa Senhora do Rosário está localizada no início da principal rua do centro histórico. A ordem do Rosário dos Pretos é popularmente reconhecida como uma irmandade católica que acolheu a população negra africana convertida ao cristianismo, a partir do século XVI aqui no Brasil. No entanto, a igreja de Petrópolis, embora tenha sido construída pela população negra, a partir de uma doação de terras no período da construção da cidade, teve seu nome modificado para apenas Nossa Senhora do Rosário (dos Pretos foi excluído) e sua fachada remodelada a partir dos anos de 1950. Ela ficou menos imponente e a imagem de uma Nossa Senhora branca foi colocada em destaque, como podemos observar nas figuras a seguir.

Figura 1 - Antiga Igreja N.S. do Rosário dos Pretos



Fonte: Renata Silva (2018, p.112)

Figura 2 – Atual capela de N. S. do Rosário



Fonte: Roberta Neves. Arquivo pessoal, Out/2023

⁸ Racismo ambiental é a discriminação racial que promove um direcionamento deliberado de comunidades étnicas minoritárias para exposição a locais ou situações ambientalmente perigosas, incluindo a exclusão desses grupos no campo das políticas ambientais. O termo foi cunhado em 1981 pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., que militou pelos direitos civis nos EUA, chegando a ser assistente de Martin Luther King Jr.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

As tentativas de inviabilização são tão grandes que no imaginário popular dos cidadãos, embora essa Igreja marque o início da principal rua da cidade, Rua do Imperador, a maioria da população se refere a esse local e as áreas circundantes, como o final da rua, ou como casualmente falamos, ‘o final da avenida’. Não por acaso, essa é a região da cidade onde vemos as lojas de comércio mais populares e frequentemente encontramos as rodas de capoeira, a população que circula nesse espaço é majoritariamente negra.

No tocante as marcas do racismo ambiental, ano passado ocorreu a maior tragédia já registrada na municipalidade. No dia 15 de Fevereiro de 2022, entre 16h20 e 19h20, num intervalo de apenas 3 horas, desabaram 259,8 mm de chuva sobre a cidade – mais do que o esperado para todo o mês de Fevereiro, que era de 232 mm, segundo dados do Cemaden⁹ (2022). Esse registro foi superado no mês seguinte, em 20 de março de 2022, quando os índices pluviométricos chegaram aos 534,4 mm após 24 horas de chuvas intensas. Toda a cidade sofreu com a perda de familiares, amigos, colegas de trabalho. No total desses dois eventos climáticos, em sequência, foram 242 mortos, uma das vítimas continua desaparecida. Os bairros mais afetados foram o Centro e o Alto da Serra.

O centro foi acometido com duas enchentes históricas, que ceifou a vida de dezenas de pessoas e gerou inúmeras perdas materiais. Mas os movimentos de massa decorrentes das fortes chuvas, foram os que causaram o maior número de vítimas fatais. Identificaram 775 pontos de deslizamento no município. Mais de 4 mil pessoas precisaram sair de suas casas.

A região do bairro Alto da Serra, foi a que registrou o maior número de mortes, bem como vítimas desalojadas e desabrigadas. O Colégio Estadual Rui Barbosa, onde leciono para estudantes do Ensino Médio (Normal e Formação Geral) há mais de 23 anos, está situado no epicentro dessa tragédia, conforme mostra a imagem a seguir. Somente nos morros da Oficina e no morro dos Ferroviários foram 89 mortes, dentre eles, estão quatro ex-alunos – uma das vítimas tinha acabado de ser mãe e se formar no Curso Normal, morreu junto de

⁹ Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) é um núcleo responsável pela prevenção e gerenciamento da atuação governamental perante eventuais desastres naturais ocorridos em território brasileiro.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

seu filho com apenas 1 ano; um rapaz de 21 anos embora resgatado, o corpo não chegou ou foi trocado no IML, seu pai – único familiar sobrevivente da tragédia – não pode velar o filho. As histórias são cortantes, de dilacerar corações até mesmo dos mais embrutecidos. Vários alunos e colegas de trabalho que vivem no bairro ou nos arredores, perderam familiares, amigos, vizinhos, animais de estimação e seus lares. Infelizmente, a pele preta sempre a mais visível e a mais numerosa dentre o número de vítimas fatais e desabrigados.

Figura 3 – Vista do Morro dos Ferroviários, ao centro, e do deslizamento no Morro da Oficina na parte superior à direita. Na parte inferior, porção centro-esquerda da imagem, o Colégio Estadual Rui Barbosa.



Fonte: Roberta Neves. Arquivo pessoal, Set/2023.

Importante destacar que a ocupação do Morro dos Ferroviários e do Oficina foi legitimada pela Prefeitura Municipal e pelos descendentes da família Imperial nos anos de 1980. Segundo dados da Secretaria de Apoio Comunitário (1986) a ocupação, iniciada na década de 40, dividiu-se em quatro etapas. Na 1ª fase deu-se a construção de moradias para os funcionários da Rede Ferroviária, no sopé da encosta que ficava atrás da oficina mecânica dos trens da Estação Leopoldina (no Alto da Serra de Petrópolis). Nos anos 60, após a desativação da estrada de ferro, deu-se início à 2ª etapa de ocupação, com a concessão de uso do solo por parte da PMP nas terras situadas na metade inferior da encosta. Na 3ª fase (anos 70) houve ocupação espontânea por parte de migrantes da baixada fluminense cadastrados pela Rede Ferroviária. Por fim, em 1980 houve ocupação de área contínua na parte superior da encosta de propriedade da Família



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

Imperial. Desde então, o processo de ocupação não parou mais. Naquela época (anos 70 e 80) já viviam cerca de 500 famílias na localidade. Atualmente estima-se que cerca de 900 famílias vivem na comunidade.

Desde maio de 2017, um estudo encomendado pela Prefeitura à empresa Theopratique Obras e Serviços de Engenharia e Arquitetura, identificou 15.240 moradias com risco alto ou muito alto de vulnerabilidade à erosão no 1º Distrito. O Plano Municipal de Redução de Riscos foi realizado nos cinco distritos do município, onde foram mapeados 27.704 imóveis considerados de risco, que ocupavam à época 10% da área urbanizada de Petrópolis.

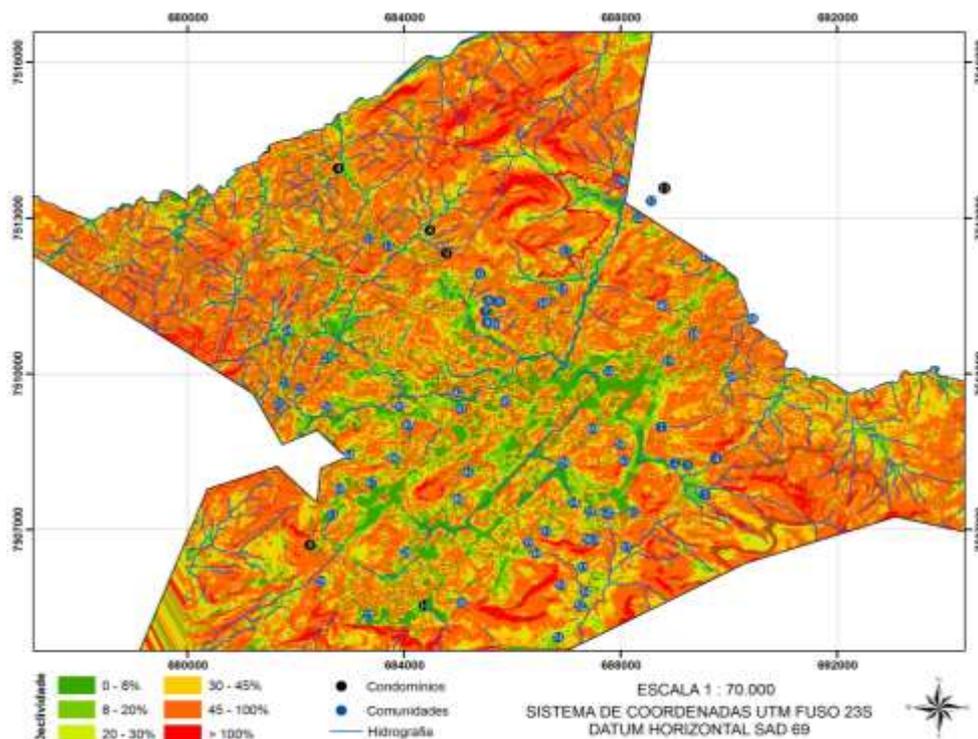
Em dezembro de 2010 defendi minha dissertação para obtenção do grau mestre em Geografia, intitulada *Tradição, Conservação & Urbanização – a Área De Proteção Ambiental e a (Re)Produção do Espaço Urbano do Município de Petrópolis/RJ*. Dentre as temáticas que envolviam meu objeto de pesquisa, elaboramos um mapa de risco de deslizamentos com a localização de condomínios de luxo bem como das comunidades pauperizadas do 1º e 3º distrito de Petrópolis. Selecionamos para este artigo, o mapa a seguir, referente ao 1º distrito.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Figura 4 – Comunidades periféricas/ Favelas e Condomínios de luxo em áreas declivosas do 1º Distrito – Petrópolis / RJ



Fonte: ZAVOLI & GREGÓRIO, Fev./2010.

Embora a escala do mapa esteja bastante reduzida para atender a formatação deste trabalho, é possível observar a que as favelas (em azul) estão localizadas em áreas com percentuais de declividade superiores a 30%, o que por lei é considerado área de risco de deslizamento e pior, algumas chegando aos 100% de declividade, como no caso do Morro da Oficina (nº 61 no mapa). Já os condomínios de luxo (em preto) estão situados, em sua maioria nas planícies intermontanas ou nos vales dos principais rios, áreas de menor declividade, fácil acesso e melhor segurança estrutural do relevo.

Diante do exposto, fica evidente que a Poder Público Municipal sempre soube dos riscos dessas edificações em áreas de tamanha declividade, sendo possível afirmar que as bases atuais da conformação urbana de Petrópolis estão estruturadas no racismo ambiental que relegou ao povo pobre e majoritariamente negro as parcelas mais desfavoráveis do espaço.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Como o presente imita o passado, lembramos que outro fator que contribui, e muito, para a segregação socioespacial, ambiental e racial existente em Petrópolis é a cobrança do laudêmio¹⁰, também conhecida como a ‘taxa do príncipe’. A cobrança criada em 1847 permanece até os dias atuais e consiste na destinação de 2,5% (de modo perpétuo) para descendentes de Pedro II, das transações de compra e venda de terrenos situados no perímetro da antiga Fazenda do Córrego Seco (atual 1º Distrito de Petrópolis – que compõe o centro e principais bairros).

De acordo com o decreto de 1847, a família não tem nenhuma obrigação de usar parte dos valores recebidos para promoção social ou manutenção urbanística na cidade. A fiscalização e cobrança deste tributo é realizado pela Companhia Imobiliária de Petrópolis, fundada no ano de criação do decreto e que hoje funciona, ironicamente, na Casa da Princesa Isabel. Parafraseando o emocionante samba da Mangueira¹¹, “*não veio do céu, nem das mãos de Isabel, a liberdade*”, tampouco veio das elites políticas e econômicas desse país, desde a invasão portuguesa, a renda que nos possibilite habitar áreas mais adequadas para a reprodução da vida.

4. POR UMA CARTOGRAFIA DO AFETO

“(…) Vislumbrei que para existirmos neste mundo adverso teríamos que buscar uma vida mais volátil, leve e misteriosa, como alguns animais. Se tivermos realmente que influenciar as mudanças que se processam na trajetória da humanidade, não deveríamos ter de colocar nessa “violência” como uma reprodução, filha do ressentimento, do recalque, da vingança sem objetivo. Seria melhor que naquele e neste momento fôssemos misteriosos, soturnos, noturnos, que exercêssemos aquele fascínio de sinistro próprio dos vampiros. Como eles,

¹⁰ Previsto em lei, o laudêmio é uma taxa paga por proprietários de terras aos donos do terreno toda vez que há uma transação imobiliária. O governo federal, recebe, por exemplo, laudêmio de imóveis em terrenos de marinha – faixa de terra de 33 metros ao longo de toda a costa brasileira. Além do laudêmio, há outra taxa, chamada foro, que é anual. Ambas estão previstas na *enfiteuse*, instituto do direito que permite que o dono da terra a doasse em troca do pagamento dessas taxas. No caso de Petrópolis, o laudêmio é cobrado por transações de terras na região em que ficava a Fazenda Córrego Seco, comprada por D. Pedro II. Daí o apelido de “*taxa do Príncipe*”.

¹¹ Trecho extraído do samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, Escola de Samba carioca que ganhou o título do campeonato do Grupo Especial, em 2019, com o enredo *Histórias para Ninar Gente Grande*.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

extraímos a seiva da potência da vida não com o confronto e sim desviando-nos dos obstáculos terríveis impostos pela face perversa do regime opressivo do capital. Foi como se chegasse a esta constatação: para que nos serve história? Não preciso dela, enquanto não possuo poder. Ela serve àqueles que detêm e se registram através do tempo enquanto poder. Neste país minha vida não é poder, mas tem outras expressões tão ou mais importantes que isso.” (NASCIMENTO, 1993 apud. RATTS, 2022).

Embalada nas proféticas e poéticas palavras de Maria Beatriz Nascimento, que busco, assim como ela buscou, por uma representação que nos visibilize, enquanto negros – africanos, brasileiros ou demais diaspóricos – em nossa dimensão humana: física, mental, emocional e afetiva.

A Cartografia, bem como a Geografia tradicional, por muitos anos trabalhou pela racionalidade branca, ocidental, hetero-normativa e pouco se preocupou com os corpos e suas manifestações materiais e imateriais na História, muitas vezes “*a Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*”¹², parafraseando Yves Lacoste (1976). De certo que muitas vezes o caminho da guerra é a forma encontrada para situações das mais variadas, entretanto, é fato que já estamos cansados de tudo isso. Como bem pontuado por Beatriz Nascimento, “a história é como o campo, o território dos vencedores. Não adiantaria contrapô-la a uma história de vencidos. Ainda não fomos vencidos” (NASCIMENTO, 1993).

Rompendo com a visão tradicional da Cartografia, que

“[...] deixou-se aprisionar pelas categorias e definições dos eruditos. Faltava reconhecer a grande diversidade de formas de representação no mosaico da cultura humana universal [pois, mapa] é toda representação gráfica que facilita a compreensão espacial dos objetos, conceitos, condições, processos e fatos do mundo humano” (HARLEY, 1991, p. 7).

O que queremos é facilitar a observação e o desvelamento das expressões culturais, mas também tecnológicas, de conhecimentos, práticas, filosofias, mas também, do campo das

¹² Título do célebre livro do geógrafo marroquino Yves Lacoste, que fez uma crítica contundente a Geografia Descritiva e contribuiu na formulação da escola de Pensamento da Geografia Crítica, junto a Milton Santos.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

sensibilidades e afetividades, que proporcionou aos povos diaspóricos do Atlântico Negro sobreviver e mais que isso, reconstruir suas práticas de reproduções da vida, sem que fossem totalmente aniquilados pelo poder vigente.

Cartografar, para nós, é no sentido de dar visão e espacialidade ao que Munanga chamou de *africanidades brasileiras* e as urbanidades consequentes dessa nossa negritude. No nosso entendimento, essas urbanidades são, os processos sociais, que vão desde o trabalho às relações humanas de aquilombamento¹³, somado a todo o conteúdo urbano (adensamentos populacionais, interconectividade entre localidades, atividades diversificadas, vocabulário próprio, edificações, monumentos, etc.). Por fim, representações contidas no espaço da cidade que ajudam a nos contar sua história e compreender as diversas formas cidadãs que nelas podem estar inseridas (OLIVA & FONSECA, 2011).

A cidade, por sua vez, pode ser entendida como o lugar da reprodução da vida em seus múltiplos aspectos, não somente como fruto do cotidiano e da luta pela sobrevivência pela população excluída do planejamento urbanístico hegemônico (LEFEBVRE, 2004 & 2008), mas sobretudo, pelas invenções, reinvenções, laboriosidades, experiências sensíveis e de afeto.

Segundo Muniz Sodré as “experiências sensíveis podem orientar-se por *estratégias espontâneas* de ajustamento e contato nas situações interativas, mas salvaguardando sempre para o indivíduo um lugar exterior aos atos puramente linguístico, o lugar singularíssimo do **afeto**” (SODRÉ, 2016, p. 11, grifo nosso). Mais adiante, o autor nos presenteia com algo determinante em nosso campo de pesquisa:

“Sentir implica o corpo (...). É um caminho teórico que privilegia o emocional, o sentimental, o afetivo e o mítico (...). Considerando-os de forma mais determinante que nunca, às formas emergentes de socialidade e, muito frequentemente, em desacordo com as instituições reconhecidas e consagradas pelo poder do Estado” (SODRÉ, 2016, p. 13).

¹³ Conceito criado por Beatriz Nascimento, que consiste numa prática da negritude, em comunidades territoriais, relacionais e/ou psíquicas, que dão suporte material e emocional para o enfrentamento das lutas cotidianas.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Pensamos que uma **cartografia do afeto** seja aquela que mostre, de forma textual e gráfica, uma outra forma de inteligibilidade no campo das subjetividades e do sensível, particularmente nessa pesquisa, dos corpos-territórios negros, mapeando sua contribuição histórica, geográfica, social, econômica, ambiental, tecnológica, linguística, filosófica e de experiências sensíveis.

Acreditamos que é por meio do **afeto** – etimologicamente do latim *afecctus*, mover-se em direção aos contrários, com uma energia psíquica de fazer algo para alguém e envolvê-lo emocionalmente – que nos foi possível uma vitória, de (re)existência. “Os racistas não pensariam jamais que oculto no interior do *negro* há afeto, embora o mundo externo seja adverso (...)” (NASCIMENTO, 1993). Por meio da amorosidade, sapiência, inventividade e solidariedade entre os pares de cor, de classe social e até mesmo para com seus algozes, fomos capazes de gerar uma nova forma de ser/estar e se mover no mundo, ao mesmo tempo, possibilitando que outros/outras assim também sejam/estejam.

Seguindo os caminhos pavimentados por Beatriz Nascimento, que instituiu o “corpo-território” como um mapa da história do povo negro e que cunhou no conceito de “Quilombo”, bem mais do que um território de resistência física dos sequestrados desde África, mas como um lugar onde o ser pode continuar sendo, ele próprio, com seu corpo e alma livres para pensar, movimentar-se e agir conforme seus desejos, crenças, aspirações pessoais e coletivas; ao manifestar a minha **Cartografia do Afeto**, deixo em aberto para que outros grupos sociais possam também manifestar e apresentar seus afetos com assertividade e completude.

O que buscamos, por fim, não é um mero resultado, mas sim abrir um novo caminho. Um caminho que permita o resgate do legado da negritude, com maior amplitude, respeito e veracidade, de acordo com as narrativas que já foram e serão levantadas, que possa dignificar a existência do negro na cidade. Esperamos que seja possível fazer um mapeamento das memórias e práticas que emergirem e, ao mesmo tempo, auxiliar num sentimento de pertencimento e, portanto, de afeto com a urbanidade da negritude em sua espacialidade – no nosso caso em particular, a cidade de Petrópolis.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

5. À GUIA DE CONCLUSÕES

Os objetivos desse artigo se concentraram em 1) desmistificar as concepções imagéticas a respeito da cidade de Petrópolis e trazer alguns referenciais teóricos e metodológicos que descortinam as “verdades impostas” nos discursos narrativos urbanísticos recorrentes; 2) apontar alguns dados comprobatórios de que o título de “Cidade Imperial”, não sustenta nem nunca sustentou a sobrevivência material e imaterial da maior parte de seus cidadãos, relegando ao pobre, sobretudo às populações negras, a segregação urbana, a pilhagem histórica e às mais variadas formas de racismo, especialmente, o ambiental e estrutural; 3) propor um ensaio conceitual para o que estamos chamando de Cartografia do Afeto, um conceito que pretendemos elevar a categoria de análise em nossa pesquisa corrente de doutoramento, que nos possibilite mapear não apenas as trágicas situações vividas cotidianamente pelo povo negro, mas que dê conta de mostrar nossa urbanidade e humanidade, por meio de nossas técnicas, invenções, assim como das estratégias sensíveis que possibilitaram formas de (re)existência, aquilombamentos e afetividades.

Não foi possível nesse trabalho, traçar os passos metodológicos que serão elaborados em nossa ação-pesquisa-ação, objetivando um mapeamento dos *corpos-territórios*, das *africanidades brasileiras* materiais e imateriais, do campo prático e do sensível, em Petrópolis. Mas podemos adiantar que vemos no universo escolar, um campo frutífero para captação e reavivamento desse tipo de memórias. O que pretendemos avançar em trabalhos futuros.

Para finalizar, pensamos que dar visibilidade as outras narrativas urbanas que foram esquecidas pela racionalidade científica e mapeá-las, pode contribuir para que as historicidades e espacialidades desse ‘Brasil profundo’ sejam mais amplamente estudadas não somente em Petrópolis, mas em outras territorialidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

AMBRÓSIO, Júlio César G. **O presente e o passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis – uma história territorial**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2008. Tese (Doutorado)

BRASIL. **Atribui à cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Cidade Imperial, e dá outras providências**. planalto.gov.br. Acesso em 4 de outubro de 2023.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992
CIPRIANO, Pedro Ivo. Macumba Pictórica. In: **Revista Espaço Acadêmico** n° 225 - nov./dez. 2020 p.147. Disponível em: file:///C:/Users/rober/Downloads/54838-Texto%20do%20artigo-751375213311-1-10-20201112.pdf Acesso em Jan/2022.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Metodologia da Afrodescendência**: uma discussão introdutória. Dezembro/2015. Disponível em:
<https://www.blognegriconolau.com.br/2015/12/metodologia-da-afrodescendencia-uma.html>. Acesso em: Fevereiro/2022.

_____. **Metodologia Afrodescendente em Pesquisa**. Revista Ethnos Brasil, São Paulo – SP, v. ano 6, p. 69-80, 2008

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020 (Tradução de Sebastião Nascimento).

FERREIRA, Carlos Alberto D. “Francisco Paulo de Almeida- Barão de Guaraciaba: Inserção de um negro nas atividades econômicas, sociais e políticas do Brasil no século XIX”. In: **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_61ad9ed7eb932528c6c8eed401472bec.pdf Acesso em: fev/2022.

GONZÁLES, Lélia. “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”. In: **Revista Ciências Sociais**, Anpocs, 1984, p. 236. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C%20A9lia%2020Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em: agosto de 2021.

GREGÓRIO, Roberta dos Santos. **Petrópolis – cidade imperial? Da representação do espaço aos espaços de representação**. Disponível em: <https://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/277.pdf> Acesso em: 20/02/2022.

GREGÓRIO, Roberta dos Santos. **Tradição, Conservação e Urbanização – a APA Petrópolis e a (re)produção do espaço urbano de Petrópolis/RJ**. Dissertação de Mestrado, Niterói: UFF, 2010.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

HARLEY, Brian. “A nova história da Cartografia”. In: **O Correio da UNESCO (Mapas e cartógrafos)**, Brasil, ano 19, n. 8, ago. 1991, p. 4-9.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações Estatísticas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/petropolis/panorama> Acesso em: 2/2 2022.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio** – o negro na Historiografia Brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. p.213-214.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades**. Publicado em 1990-12-30. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111217/109498> Acesso em fev. 2021.

MUSEU DA MEMÓRIA NEGRA DE PETRÓPOLIS. Disponível em: <https://museudamemorianegradepetropolis.com> Acesso em: Jan/2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro** – processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. “Por um território novo – existencial e físico”. In: RATTTS, Alex. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. Ubu Editora. Edição do Kindle.

OLIVA, Jaime & FONSECA, Fernanda P. “Reflexões sobre o urbano, a cartografia e a iconografia: O caso da metrópole de São Paulo”. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 5, n. 2, p. 11-38, 2011 <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/> Acesso em fev/2022

PMP – Prefeitura Municipal de Petrópolis. **Dados Estatísticos dos Alunos da Rede Municipal de Educação**. Petrópolis: Secretaria de Educação, 2020.

PMP – Prefeitura Municipal de Petrópolis. **O outro lado de Petrópolis**. Petrópolis: Secretaria de Apoio Comunitário, 1986.

QUERINO, Manuel. **O africano como colonizador**. Salvador: Editora Progresso, 1954. Coleção Ensaios Miniatura, v. 14.

QUERINO, Manuel. **O colono negro como factor de civilização brasileira**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1918. Disponível em:



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

http://www.museuafrobrasil.org.br/Files/Obras_Raras/tb004634.pdf Acesso em: 01/10/2023

SANTOS, Milton. “Por uma Geografia Cidadã: por uma epistemologia da existência”. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: UFRG, n° 21, agosto /1996.

_____. “Ser negro no Brasil: hoje”. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de maio 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>
Acesso em: fev/2022.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Neusa S. **Torna-se Negro** – ou as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SILVA, Renata Aquino. **Afroinscrições em Petrópolis: história, memória e territorialidades**. Fortaleza: UFC (Universidade Federal do Ceará), 2018. Tese (Doutorado). Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47694?locale=pt_BR
Acesso em: julho/2020.